



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
08 DE SETEMBRO DE 2020 - Nº 16/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, Casimira Pereira Alves, Sónia Sanfona e António Moreira. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 11/2020 - Reunião realizada no dia 23/06/2020

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 02 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 12/2020 - Reunião realizada no dia 29/06/2020

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 03 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 13/2020 - Reunião realizada no dia 17/07/2020

Município de Alpiarça

Para Deliberação:





Ponto 04 – Proposta – Protocolo de Colaboração com a Clínica Veterinária VETSCALABIS, Clínica Veterinária, Lda, para Esterilização de Animais de Companhia e Promoção da Adoção de Animais do Canil Municipal de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

Ponto 05 – Atribuição de Isenção de IMI – Reabilitação Urbana.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação técnica:-----

Ponto 06 – Pedido de Certidão de Compropriedade.-----

Requerente: António Arsénio Policarpo-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação:-----

Ponto 07 – Pedido de Certidão – Constituição de Compropriedade.-----

Requerente: HGTP, Unipessoal,Lda.-----

Para Ratificação:-----

Ponto 08 – Acordo Quadro Nº 5/CCE/2020 –Aquisição de Máscaras Cirúrgicas e Luvas.-----

CIMLT-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

Ponto 09 – Carta Recebida de Sua Excelência o Embaixador da República de Moçambique.-----

Município de Alpiarça-----

Para Conhecimento:-----

Ponto 10 – Licença Especial de Ruído, com início às 18,00 h e termo às 24,00 h do dia 15/08/2020, para realização do evento “Musica ao Vivo – Gato Maltês”, a realizar no





Jardim/Esplanada Don Dion, em Alpiarça.-----

Requerente: Valter e Ana, Hotelaria, Lda-----

Para Ratificação:-----

Ponto 11 – Licença Especial de Ruído, com início às 20,30 h e termo às 23,59 h do dia 29/08/2020, para realização do evento “Espetáculo Musical”, a realizar pelas ruas de Alpiarça, em Alpiarça.-----

Solicita isenção de taxas.-----

Requerente: Junta de Freguesia de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

Ponto 12 – Constituição de Compropriedade e Aumento do Nº de Compartes do Prédio Rústico Inscrito na Matriz, sob o Artigo Nº 25 da Secção 077.-----

Requerente: Liliana Patrícia Oliveira da Silva-----

Despacho do Presidente-----

Para Ratificação:-----

Ponto 13 – Constituição de Compropriedade e Aumento do Nº de Compartes do Prédio Rústico Inscrito na Matriz, sob o Artigo Nº 49 da Secção 051.-----

Requerente: Pedro Alves-----

Despacho do Presidente-----

Para Ratificação:-----

Ponto 14 – Aumento de Compartes Relativamente ao Prédio Sito nas “Praias”, Inscrito na Matriz Rústica sob o Artigo Nº 75 da Secção 003.-----

Requerente: Cartório Notarial de Coruche-----

Despacho do Presidente-----

Para Ratificação:-----



Ponto 15 – Pedido de Ocupação Excecional da Loja Nº 8 do Mercado Municipal de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

Ponto 16 – Proposta de Aprovação da Versão Final do Projeto de “Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos”.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 17 – Alteração de Gestores de Contrato – CIMLT.-----

Cimlt-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação Técnica:-----

Ponto 18 – Concurso Público Nº 6/CCE/2020 – Celebração de Acordo de Quadro para a Manutenção de Extintores e Carretéis e Aquisição de Extintores.-----

CIMLT-----

Município de Alpiarça-----

Para Aprovação das Peças do Procedimento de Acordo com a Informação:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

---A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e doze minutos, que cumprimentou todos os presentes.-----

---O Presidente deu de seguida início ao procedimento de alteração do Executivo Municipal, na sequência da renúncia do Vereador e Vice-Presidente Carlos Jorge Pereira aos seus cargos, no final do mês de Agosto. Deu nota que numa primeira fase proferiu um despacho que integrou no âmbito das suas funções todos os pelouros e competências que estavam na posse do Vereador



Carlos Jorge e atribuiu o cargo de Vice- Presidente ao Vereador João Pedro Arraiolos. De seguida convocou o elemento imediatamente a seguir na lista da CDU, o Engenheiro Pedro Miguel Pinhão, que comunicou por escrito a sua indisponibilidade para assumir as funções de Vereador, por motivos profissionais. Convocou-se então o elemento a seguir na mesma lista, Casimira Pereira Alves, que estando presente na sala tomou posse de pleno direito como Vereadora da Câmara Municipal de Alpiarça. Verificou a identidade de Casimira Pereira Alves que apresentou o Cartão de Cidadão e esta fez o juramento de honra. De seguida o Presidente leu o Auto de Posse da nova Vereadora, que foi por ambos assinado. Terminado o ato, deu as boas vindas à nova Vereadora e desejou-lhe um bom trabalho, em função do interesse dos alpiarcenses. Deixou também umas palavras de apreço e relevo pelo trabalho que foi desempenhado ao longo de onze anos, pelo Vereador e Vice-Presidente da Câmara Carlos Jorge Pereira, como figura preponderante na intervenção do Executivo da CDU. Recordou que este ocupou um cargo de elevada responsabilidade, desempenhou funções em áreas de grande exigência, de grande desgaste e de exposição, tendo-as desempenhado com empenho, entrega e dedicação, ao serviço da população. Informou que o Vereador optou por renunciar ao mandato e regressar à sua vida profissional e desejou-lhe as maiores felicidades, em seu nome e do Executivo Municipal, na sua vida pessoal, familiar e profissional. Terminado o ato mais formal da tomada de posse, distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia sete de Setembro de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 660.459,71 Euros (seiscentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros e setenta e um cêntimos).-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---O Presidente deu uma informação sobre a situação da evolução do covid 19 no Concelho, que não apresenta atualmente qualquer caso ativo, havendo catorze casos recuperados e um óbito a lamentar, durante este processo.-----

---Pedi a palavra a Vereadora Sónia Sanfona, que deixou uma nota de congratulação pelo ponto de situação no que respeita à pandemia no concelho de Alpiarça, registando que as coisas continuam a correr bem, desejando que assim continue. Referiu de seguida que os Vereadores do Partido Socialista foram surpreendidos com a renúncia do Vereador Carlos Jorge. Afirmou que não





tinham conhecimento de nenhuma situação que pudesse ser motivo, da parte do Vereador, de desencadear essa decisão e, do seu ponto de vista, seria importante conhecer se a decisão se prende com a sua vida pessoal ou profissional ou se houve algum outro facto que tenha determinado, de forma tão abrupta, a sua renúncia quase no final deste mandato. De todo o modo reconhece que o desempenho destes cargos é uma decisão pessoal e, de uma forma democrática, respeita a decisão de cada um na sua participação em funções públicas. Deixou uma palavra de amizade e de reconhecimento ao Vereador Carlos Jorge pelo seu trabalho, afirmando que enquanto desempenhou o seu cargo o fez da forma que melhor sabia e podia, agradecendo a sua disponibilidade para a causa pública. Deixou-lhe votos de felicidades para a sua vida pessoal e profissional. Deu de seguida as boas vindas à Vereadora Casimira Pereira Alves e saudou-a democraticamente, fazendo votos para que possa neste ano de mandato, desempenhar as suas funções com o mesmo apreço, o mesmo incentivo e dedicação que os restantes elementos do Executivo o têm feito, incluindo os Vereadores da oposição. Lembrou que numa das ultimas reuniões fez um pedido de esclarecimento relativamente à substituição de contentores de recolha de lixo doméstico. Disse então que estavam a ser feitas substituições de contentores, mas nem todos eram substituídos por contentores novos; alguns eram contentores recuperados e que estes não estariam em boas condições. Perguntou se entretanto começou a ser feita a substituições por contentores novos, considerando que se estava à espera da sua entrega. De seguida pediu um esclarecimento sobre o funcionamento da Caixa geral de Depósitos em Alpiarça, onde verifica com frequência filas de pessoas, algumas idosas, à espera de entrarem na agência para serem atendidas. Tem também a informação que muitas pessoas têm de se deslocar à agência de Almeirim para resolver coisas simples ou mais complexas e suspeita que esta situação seja um prelúdio para o encerramento do Balcão da CGD em Alpiarça. Entende que o Executivo deve tomar uma posição pública e deve, junto dos administradores da Caixa Geral de depósitos garantir que não só a agência deve permanecer aberta, como deve ficar em condições de resolver os problemas mais elementares que levam as pessoas a uma agência bancária. Relativamente à situação da Vala de Alpiarça que tem sido objeto de uma obra de limpeza no seu percurso no concelho de Alpiarça, verifica que a zona do Parque do Carril está novamente repleta de jacintos de água. Disse que ainda não se acabou uma limpeza que custou cerca de cento e cinquenta mil euros e que se está a



chegar a um ponto de necessitar de limpar a Vala outra vez. Perguntou como se justifica que se continue a gastar dinheiro sem resolver o problema, parecendo-lhe que se devia tomar alguma atitude para a sua resolução. Referiu que teve conhecimento que foi projetado um evento para a Reserva do Cavalo Sorraia, por uma jovem enóloga que desenvolve a sua atividade no Concelho, para fazer um conjunto de atividades na zona exterior desse espaço, e que para esse efeito havia um parecer positivo da autoridade de saúde pública, mas que o Município de Alpiarça não tinha autorizado a realização do evento. Pretende saber se esta situação corresponde à realidade e quais as razões que inviabilizaram a sua aceitação. Voltou a questionar uma situação sobre a atribuição de um subsídio para frequência do ensino superior, já referido em reunião anterior, pretendendo saber se já havia algum esclarecimento. Colocou uma questão sobre o Mercado Municipal, reconhecendo as melhorias que foram feitas naquele espaço, mas acha que se devia dar alguma atenção à sua climatização, dotando o edifício de algumas condições que, mesmo não resolvendo completamente a situação, a possa minimizar. Perguntou se a obra já foi entregue pela construtora, se já foi feito o auto de receção pelo Município e se já foi dada alguma autorização para levantamento da caução relativamente à mesma. Fez esta pergunta porque acha que o Município está em falta com uma outra situação que se prende com os danos causados em vários veículos estacionados nas imediações do Mercado, durante a realização das obras, situação que não está ainda resolvida e entende que o Município deve pressionar a empresa para a resolução do problema.-----

---Pedi a palavra o Vereador António Moreira, que cumprimentou os presentes, em especial a Vereadora Casimira Pereira Alves a quem deu as boas vindas e desejou bom trabalho. Deixou também um abraço ao Vereador Carlos Jorge, reconhecendo que este tinha uns pelouros bastante complexos e, mesmo não concordando com a sua decisão, respeita-a, desejando-lhe muita sorte na sua vida pessoal e profissional. Congratulou-se que o concelho não tenha nenhum caso ativo de covid 19, e mostrou-se agradado com a forma foi tratado o problema de covid no Município de Alpiarça, que foi resolvido com responsabilidade. Congratulou-se também com a reabertura do Mercado Municipal, mostrando no entanto desagrado pela forma como a reabertura foi comunicada aos Vereadores, no seu caso, quinze horas antes. Declarou que, no mínimo, esta situação é uma falta de respeito. Em relação à Vala Real perguntou como estão as obras e se o



Presidente está satisfeito com o que está a ser feito na Vala. Lembrou que há cinco ou seis meses referiu que, quando viu o programa da limpeza, disse que esta estava a ser mal feita e que ao fim de seis meses a Vala ia ficar igual. Acerca da Caixa Geral de Depósitos, vê também com muita preocupação esta situação e gostava que, se o Presidente reunir com a administração distrital da CGD, perguntasse se tem alguma lógica uma pessoa estar à porta da agência, trinta e um minutos para entrar e depois responderem-lhe que, para fazer um pagamento se devia dirigir a outra agência, porque ali não podiam receber moedas. Mencionou de seguida que vê com muita preocupação a situação da Barragem, que se vem arrastando há anos, e disse que, em conversa com algumas pessoas lhe foi transmitido que se pode fazer uma puxada de água da Vala para a Barragem, com recurso a filtros de areia. Pensa que esta seria a parte mais importante de manter a Barragem com um nível de água suficiente, para que não se possa assistir a situações bastante complexas. Em relação ao Frade de Baixo e a todos os lugares disse que as pessoas, no que diz respeito a limpezas, queixam-se que se limpam uma ou duas ruas e as restantes ficam por limpar. Informou que comprovou isso e sugeriu que quando se comesse numa ponta se acabasse na outra e que não se limpasse apenas de ano a ano ou de quatro em quatro anos, quando há eleições municipais. Lembrou que já falou várias vezes nos polidesportivos e registou que as obras do Frade de Baixo se estão a fazer, embora muito devagar, e chamou a atenção que do lado contrário aos balneários não foi posta nenhuma proteção para colocar uma rede e evitar assim que as bolas saiam do campo, como existe do lado dos balneários. Falou também na Rua dos Gaiatos, no Frade de Baixo, onde está um contentor que está sempre deitado no chão, problema que deve ser resolvido. Também na mesma rua referiu que há uma situação num aqueduto com um rasgo para a estrada que se pode tornar perigoso e que deve ser resolvido.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos interveio para fazer uma referência ao tempo de trabalho que passou com o Vereador Carlos Jorge durante nove anos, reconhecendo o espírito de colaboração que foi desenvolvido e de todo o relacionamento. Gostaria que o Vereador não tomasse a decisão que tomou, mas respeita-a e deseja-lhe as maiores felicidades para a sua vida profissional e pessoal. Deu também as boas vindas à Vereadora Casimira Pereira Alves, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas funções.-----





---O Presidente respondeu a algumas das questões colocadas. Começou por registar as situações reportadas pelo Vereador António Moreira relativamente à Rua dos Gaiatos, situações que serão comunicadas aos serviços. No que diz respeito à limpeza do Frade de Baixo disse que não é verdade que se faça limpeza de ano a ano ou de quatro em quatro anos, ela é feita com a regularidade possível e não se distinguem os lugares do resto do Concelho. Salientou ainda que a limpeza é normalmente feita de seguida, a não ser que, por motivos excecionais, os trabalhadores tenham de sair de um determinado local e retomarem mais tarde. Em relação ao funcionamento da Caixa Geral de Depósitos transmitiu que vai marcar de imediato uma reunião com a Administração da Caixa, tendo também em conta que lhe chegaram algumas situações. Disse que na sequência de um plano de reestruturação do Banco, que teve a concordância do Governo português, foram agregados balcões, criando uma agência, mas mantendo em funcionamento diferentes balcões, com restrição de algumas operações e serviços. Esta questão já foi discutida com a Administração e, na altura, foi demonstrado o descontentamento e a discordância do Município sobre este processo. Considerou que a CGD é um banco público e tem do ponto de vista dos serviços que presta às populações em todo o país, responsabilidades acrescidas. Acrescentou que o caminho que está a ser feito, de desmaterialização, de privilegiar as operações on-line, na prática representam o decréscimo da qualidade do serviço às populações, um pouco por todo o lado e, nomeadamente, fora dos grandes centros populacionais. Deu nota que vai pedir uma reunião, no sentido de se reforçar o serviço, a qualidade do serviço e o atendimento, tendo em conta as necessidades da nossa população. A questão das filas tem a ver com os planos de contingência que as entidades tiveram de definir, e que criam alguns constrangimentos, dificultando os acessos. Sobre a Comissão de Utentes julga que esta está aberta à participação e ao contributo de todas as pessoas, mas acha que é “beneficiar o infrator”, quando se tende a culpar quem não tem que ser culpado e a beneficiar quem de facto está a prejudicar as populações. Quanto à limpeza da Vala reconheceu que este processo decorreu com muitas razões de reparo, mas lembrou que decorreu num período complicado, logo no início da pandemia e a própria empresa que estava no terreno teve casos de trabalhadores infetados com covid, o que causou paragens frequentes. Lembrou que há uma empresa de fiscalização da obra, por efeito de imposições legais, e que tem estado no terreno a fiscalizar e a pressionar o empreiteiro. Sobre os





jacintos de água disse que antes da limpeza não existiam na zona do Carril, apenas a montante da ponte do Tôco, mas que agora estão a ser arrastados pela corrente, situação que terá de ser resolvida. Reforçou a ideia que deveria ser o Ministério do Ambiente, através da Agência Portuguesa do Ambiente ou da ARH Tejo, a proceder à limpeza regular das linhas de água que atravessam vários concelhos e salientou que não há uma visão integrada da limpeza do rio. Quanto às descargas, recordou que aconteceram recentemente e que foram envolvidas as entidades de forma a identificarem quem polui. Em relação ao evento na Reserva do Cavallo Sorraia disse que iria procurar saber o que se passou, mas que a Doutora Carla Borba pode prestar alguns esclarecimentos. Sobre o Mercado referiu-se às condições de climatização, recordando que devido ao Plano de Contingência do espaço o acesso ficou limitado apenas pelo portão principal. Verificou-se posteriormente que se deveria ter aberto o outro, de forma a criar algum arejamento, o que veio a acontecer. Referiu no entanto que com as obras realizadas as condições tendem a ser melhores, mesmo sem elementos adicionais de climatização. Declarou que a obra ainda não foi entregue pelo empreiteiro e em relação aos danos que uma das empresas sub-empreiteiras causou em vários veículos estacionados nas imediações do Mercado, disse que a postura da Câmara é de contribuir para uma resolução favorável aos munícipes. Relativamente à reabertura do Mercado e à questão colocada pelo Vereador António Moreira, lamenta a situação, mas foi decidido que não iria haver uma inauguração, o que implicaria o convite a um conjunto grande de pessoas e que colocaria algumas questões relativas ao Plano de Contingência, tendo-se optado por fazer uma abertura normal, convidando apenas os Vereadores e mais algumas entidades ligadas à obra. Sobre a Barragem concorda que a situação é preocupante, mas neste momento não se pode colocar água fresca através de furos, o que foi feito durante algum tempo, mas devido a uma denúncia e na sequência dessa mesma denúncia houve uma comunicação por parte do Ministério do Ambiente que não se podia fazer o abastecimento de água à Barragem através do furo. Em relação à introdução de água através de outros cursos de água, também pode trazer algumas questões, que não são consensuais na análise dos técnicos da APA ou do Ministério do Ambiente, para além da possibilidade de trazer um conjunto de infestantes que não se encontram ainda na Barragem.-----



---O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu também a algumas questões. Em relação à substituição de contentores, referiu que este ano já foram adquiridos alguns e que se tem vindo a fazer a substituição nalguns locais. Deu nota que houve recentemente uma zona onde apareceram três contentores queimados, o que faz pensar que se tratou de vandalismo e que constitui uma maior dificuldade para ultrapassar algumas situações. Esta questão foi reportada às autoridades, de forma a aumentar a vigilância nessa zona. Transmitiu que há substituição de contentores nalguns locais e que, num universo de cerca de quatrocentos contentores que existem em todo o Concelho e com a renovação que se vai fazendo, entende que de uma forma geral se tem dado resposta às necessidades, salvo algumas situações pontuais. Relativamente à questão colocada sobre a atribuição de uma bolsa de estudo a uma pessoa que não reside em Alpiarça, disse que a questão já havia sido colocada e que solicitou à Vereadora Sónia Sanfona que lhe fizesse chegar a informação de quem se trata, uma vez que todo o processo já foi desenvolvido e se há alguma situação irregular, não há qualquer interesse por parte da Câmara em pactuar com uma situação dessas. No que diz respeito aos danos causados a veículos durante a obra do Mercado, já foi dito que o Município assumiu, através do seu seguro de responsabilidade civil, essa possibilidade que a seguradora declinou, disponibilizando os serviços do Município para colaborar no processo que se possa desenvolver junto da empresa. Informou ainda que algumas das comunicações, por parte dos lesados, foram feitas de uma forma muito tardia, o que dificultou o processo que, inicialmente, se fosse feito em conjunto, seria mais fácil de ultrapassar.-----

---O Presidente solicitou de seguida à Doutora Carla Borba um esclarecimento sobre um pedido de evento na Reserva do Cavallo Sorraia. Esta disse que uma munícipe abordou a Câmara, de uma forma informal, sobre a possibilidade de realizar o evento, tendo-lhe sido respondido que sim mas que dependeria das condições e das circunstâncias que se verificassem na altura da sua realização. Entretanto foi pedido ao Gabinete Jurídico e à Proteção Civil que analisassem a questão, porque o pedido foi feito e a munícipe apresentou um parecer da autoridade de saúde, que dizia que se poderia ponderar a realização do mesmo, desde que cumpridas um conjunto de regras, algumas delas que se aplicavam a espaços fechados e não ao ar livre. Uma das regras implicava a existência de casas de banho para trabalhadores devidamente higienizadas, com sentidos de circulação. A munícipe pretendia também utilizar as mesas que se encontram na Reserva, que não cumprem o



distanciamento que o próprio parecer indicava e que, sendo de madeira, não são de muito fácil higienização. Houve também algumas dúvidas sobre a venda de bilhetes e se, juridicamente, isso seria possível, num espaço que a Câmara estava a ceder. Dadas todas as circunstâncias, havia uma ponderação que tinha de ser feita e a Proteção Civil considerou que havia um risco elevado, não estando reunidas as condições necessárias, e o pedido não especificava como se iriam ultrapassar um conjunto de aspetos referidos no parecer da DGS, nomeadamente a participação de DJ's, a realização de exercícios físicos, de palestras, a utilização de insufláveis, o que era desaconselhado pela autoridade de saúde. Foi neste sentido que foi feita a resposta, considerando que a Câmara apoia sempre este tipo de eventos, mas as dúvidas eram maiores que as certezas sobre o cumprimento de questões colocadas no parecer da DGS, que a Câmara também não tinha forma de ultrapassar, esperando que mais tarde, quando as condições melhorassem, se pudesse apoiar a realização do evento.

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 11/2020 - Reunião realizada no dia 23/06/2020

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

---A Vereadora Sónia Sanfona propôs uma correção na Ata.

---O Presidente colocou de seguida a Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na respetiva reunião, com a correção sugerida pela Vereadora Sónia sanfona.

Ponto 02 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 12/2020 - Reunião realizada no dia 29/06/2020

Município de Alpiarça

Para Deliberação:





---Não houve propostas de alteração.-----

---O Presidente colocou a Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na respetiva reunião.-----

Ponto 03 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 13/2020 - Reunião realizada no dia 17/07/2020-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---Não houve propostas de alteração.-----

---O Presidente colocou a Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na respetiva reunião.-----

Ponto 04 – Proposta – Protocolo de Colaboração com a Clínica Veterinária VETSCALABIS, Clínica Veterinária, Lda, para Esterilização de Animais de Companhia e Promoção da Adoção de Animais do Canil Municipal de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação da Proposta, esclarecendo que se trata de aproveitar uma candidatura apresentada pelo Município de Alpiarça e da realização de um Protocolo de Colaboração com a Clínica Veterinária VETSCALABIS, Clínica Veterinária, Lda, para Esterilização de Animais de Companhia e Promoção da Adoção de Animais do Canil Municipal de Alpiarça.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona disse que já há algum tempo se vinha a reclamar a utilização da verba disponível para a esterilização de animais de companhia, colocando algumas dúvidas sobre a intervenção do Veterinário Municipal e da utilização do teto máximo da intervenção.-----

---O Vereador António Moreira colocou também uma questão sobre os valores apresentados e se esta foi a única clínica contactada.-----





---O Vereador João Pedro Arraiolos prestou os esclarecimentos necessários sobre as questões colocadas. Disse que os valores estão de acordo com os preços praticados e se que optou por esta clínica por estar sediada em Alpiarça.-----

---A Doutora Carla Borba, que acompanhou a elaboração do protocolo, afirmou que foi feita uma consulta pelos serviços da Proteção Civil sobre os valores praticados em concelhos vizinhos. A intervenção do Veterinário Municipal tem a ver com o registo dos animais. Sobre os valores é da opinião que são suficientes para a dimensão do Município.-----

---O Presidente colocou de seguida a proposta à votação, que foi ratificada por unanimidade.-----

Ponto 05 – Atribuição de Isenção de IMI – Reabilitação Urbana.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação técnica:-----

---A Vereadora Sónia Sanfona ausentou-se da sala.-----

---O Presidente esclareceu que se trata da atribuição de isenção de IMI no âmbito da reabilitação urbana, pedido feito pelo munícipe Artur Jorge Fernandes Sanfona, para um prédio na Rua António da Silva Patrício.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona regressou à reunião.-----

Ponto 06 – Pedido de Certidão de Compropriedade.-----

Requerente: António Arsénio Policarpo-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação:-----

---O Presidente solicitou a intervenção da Engenheira Carla Cunha, que esclareceu os pressupostos desta operação, que disse não haver nada a opor à mesma.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----





Ponto 07 – Pedido de Certidão – Constituição de Compropriedade.-----

Requerente: HGTP, Unipessoal,Lda.-----

Para Ratificação:-----

---Não foi colocada qualquer questão.-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo o seu Despacho sido ratificado por unanimidade.-----

Ponto 08 – Acordo Quadro Nº 5/CCE/2020 –Aquisição de Máscaras Cirúrgicas e Luvas.-----

CIMLT.-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que este ponto trata da autorização de abertura de procedimento para a aquisição de máscaras cirúrgicas e luvas, através da contratação de acordo quadro através da Central de Compras da CIMLT, para apoiar as IPSS, que, no caso de Alpiarça, tem a ver com a aquisição de trinta e sete mil máscaras e cento e cinquenta caixas de luvas, destinadas à ARPICA e à Fundação José Relvas.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona perguntou se os preços base indicados, foram obtidos através de consultas a empresas ou se são meras expetativas relativamente àquilo que venham a ser as propostas das empresas em causa.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que os preços definidos servem apenas de base para o lançamento do acordo quadro e são os preços máximos que podem ser apresentados para cumprimento das regras do concurso.-----

---O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo sido ratificado por unanimidade.-----

Ponto 09 – Carta Recebida de Sua Excelência o Embaixador da República de Moçambique.-----

Município de Alpiarça-----

Para Conhecimento:-----

---O Presidente esclareceu que se trata de uma carta que foi recebida através do Gabinete do Secretário de estado da Administração Interna, que foi dirigida pelo Embaixador de Moçambique





aos Bombeiros que estiveram na operação de ajuda humanitária a Moçambique, na sequência do ciclone Idai.-----

---A Câmara tomou conhecimento.-----

Ponto 10 – Licença Especial de Ruído, com início às 18,00 h e termo às 24,00 h do dia 15/08/2020, para realização do evento “Musica ao Vivo – Gato Maltês”, a realizar no Jardim/Esplanada Don Dion, em Alpiarça.-----

Requerente: Valter e Ana, Hotelaria, Lda-----

Para Ratificação:-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo o Despacho do Vereador João Pedro Arraiolos, a autorizar a Licença de Ruído, sido ratificado por unanimidade.-----

Ponto 11 – Licença Especial de Ruído, com início às 20,30 h e termo às 23,59 h do dia 29/08/2020, para realização do evento “Espetáculo Musical”, a realizar pelas ruas de Alpiarça, em Alpiarça.-----

Solicita isenção de taxas.-----

Requerente: Junta de Freguesia de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo o Despacho do Vereador João Pedro Arraiolos, a autorizar a Licença de Ruído, sido ratificado por unanimidade.-----

Ponto 12 – Constituição de Compropriedade e Aumento do Nº de Compartes do Prédio Rústico Inscrito na Matriz, sob o Artigo Nº 25 da Secção 077.-----

Requerente: Liliana Patrícia Oliveira da Silva-----

Despacho do Presidente-----

Para Ratificação:-----

---O Presidente fez a apresentação do ponto, que tem o parecer favorável dos serviços.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo o seu Despacho sido ratificado por unanimidade.-----





Ponto 13 – Constituição de Compropriedade e Aumento do Nº de Compartes do Prédio Rústico Inscrito na Matriz, sob o Artigo Nº 49 da Secção 051.-----

Requerente: Pedro Alves-----

Despacho do Presidente-----

Para Ratificação:-----

---O Presidente fez a apresentação do ponto, que tem o parecer favorável dos serviços.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo o seu Despacho sido ratificado por unanimidade.-----

Ponto 14 – Aumento de Compartes Relativamente ao Prédio Sito nas “Praias”, Inscrito na Matriz Rústica sob o Artigo Nº 75 da Secção 003.-----

Requerente: Cartório Notarial de Coruche-----

Despacho do Presidente-----

Para Ratificação:-----

---O Presidente fez a apresentação do ponto, que tem o parecer favorável dos serviços.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo o seu Despacho sido ratificado por unanimidade.-----

Ponto 15 – Pedido de Ocupação Excecional da Loja Nº 8 do Mercado Municipal de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Ratificação:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação do ponto, com base na Informação Interna e no Despacho do Presidente.-----

---O Vereador António Moreira pediu alguns esclarecimentos, nomeadamente se não é necessário haver um concurso público.-----

---A Doutora Carla Borba esclareceu que a atribuição desta loja é a titulo excecional, com os fundamentos que estão no Regulamento.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona não tem dúvidas que o regulamento permite a atribuição excecional de uma loja em caso de remodelação dos espaços, podendo ser dispensada a hasta pública, mas o





que diz o Despacho é que a ocupação é a título precário, o que significa que é ocupada nestes termos até à próxima hasta pública.-----

---A Doutora Carla Borba considerou que neste caso, se a Câmara acolher a proposta para um contrato de cinco anos, renovável, não é necessário fazer uma hasta pública, enquanto a requerente lá permanecer e esclareceu que a ocupação é a título excecional e não precário o que está previsto no Regulamento.-----

---Ultrapassadas algumas dúvidas, o Presidente colocou o ponto à votação, tendo sido ratificado por unanimidade o despacho para a Ocupação Excecional da Loja Nº 8 do Mercado Municipal de Alpiarça.-----

Ponto 16 – Proposta de Aprovação da Versão Final do Projeto de “Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos”.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Presidente disse que este assunto já veio a Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, já esteve em consulta publica, não havendo sugestões ou propostas de alteração, e está presente agora na Câmara para aprovação final, que deverá depois ser submetida à Assembleia Municipal.--

---A Vereadora Sónia Sanfona reiterou algumas reservas em relação aos montantes das contra ordenações, e que já na altura tinha chamado a atenção para essa circunstância e mantém a preocupação de que as coimas previstas não são suficientemente elevadas de modo a que sejam dissuasoras de alguns incumprimentos de regras. Considerou no entanto que este regulamento é extremamente importante para regular a atuação das pessoas em todo aquele espaço público, designadamente no Complexo dos Patudos, que é necessário proteger.-----

---A Doutora Carla Borba prestou alguns esclarecimentos sobre a questão das contra ordenações, realçando que se houver uma matéria específica que tenha regulamentação com outras contra ordenações e outros valores, estas prevalecem relativamente às que estão no regulamento. Sublinhou que nestes casos o grosso da questão são as contra ordenações ambientais que são bem mais elevadas e são essas que poderão surgir com maior frequência.-----





---O Vereador António Moreira colocou uma dúvida relativamente ao artigo doze, sobre a concessão de pesca, que foi esclarecida pelo Vereador João Pedro Arraiolos.-----

---Esgotada a discussão, o Presidente colocou à votação a Proposta de Aprovação da Versão Final do Projeto de “Regulamento Municipal do Complexo dos Patudos”, que foi aprovada por unanimidade.-----

---Foi ainda deliberado remeter à Assembleia Municipal, para aprovação.-----

Ponto 17 – Alteração de Gestores de Contrato – CIMLT.-----

Cimlt-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação Técnica:-----

---O Presidente esclareceu os fundamentos desta proposta.-----

---Não havendo intervenções, o Presidente colocou o ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade.-----

Ponto 18 – Concurso Público Nº 6/CCE/2020 – Celebração de Acordo de Quadro para a Manutenção de Extintores e Carretéis e Aquisição de Extintores.-----

CIMLT-----

Município de Alpiarça-----

Para Aprovação das Peças do Procedimento de Acordo com a Informação:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos prestou esclarecimentos sobre os fundamentos e os procedimentos desta proposta.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Presidente colocou o ponto à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade as peças do procedimento para o Concurso Público Nº 6/CCE/2020 – Celebração de Acordo de Quadro para a Manutenção de Extintores e Carretéis e Aquisição de Extintores, de acordo com a Informação presente em reunião.-----





INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

Não houve intervenções do público.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

----Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezassete horas e cinquenta e um minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

